



Violência de gênero contra jornalistas

Dados sobre os ataques com viés de gênero e
casos que vitimaram mulheres no Brasil em 2021

ABR  JI



unesco

With the support of the
UNESCO Global Media Defence Fund (GMDF)

EQUIPE:

Consultora de gênero: Verônica Toste Daflon

Assistente de projeto: Rafaela Sindorski

Assistente jurídica: Leticia Kleim

Designer: Carol Cavaleiro

Desenvolvimento do site: Grama creative code

Tradução: Denise Bobadilha e Verônica Abellan

Coordenação: Cristina Zahar

Presidente da Abraji: Natalia Mazotte

APOIO:

Comitê para Proteção de Jornalistas (CPJ), Instituto Patrícia Galvão, Instituto Mulheres Jornalistas, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Gênero e Número e Repórteres Sem Fronteiras (RSF).

SITE:

<https://violenciagenerojornalismo.org.br/>

Este relatório recebeu o apoio financeiro do Global Media Defence Fund (GMDF) da UNESCO com o objetivo de aumentar a segurança das jornalistas mulheres, contribuir para a luta contra a impunidade e dissuadir ataques contra os profissionais da mídia, com foco especial nos ataques de gênero.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste relatório não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte do GMDF ou da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região, ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou de seus limites. As ideias e opiniões expressas neste relatório são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as do GMDF ou da UNESCO, nem comprometem o Fundo ou a Organização.

ÍNDICE

Sumário executivo	4
Introdução	9
Metodologia	11
Gênero em questão	11
Técnicas de coleta de dados	13
Variáveis e indicadores	14
Classificação dos agressores	15
Resultados do monitoramento	18
Ataques de gênero	18
Ataques por mês	22
Frequência e distribuição regional.....	23
Perfil das vítimas.....	25
Ataques a pessoas conectadas à vítima.....	25
Veículo das vítimas	26
Editoria das vítimas e tema de cobertura	27
Agressores	28
Gênero dos agressores	30
Tipos de agressão	32
Tipos de discursos estigmatizantes	33
Casos com mais de um tipo de discurso estigmatizante	33
Meios digitais	34
Plataformas utilizadas	35
Conclusões e recomendações.....	36
Referências bibliográficas	39

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório feito pela **Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)**, com apoio do **Global Media Defense Fund** da **UNESCO**, oferece um panorama da violência contra mulheres jornalistas e ataques de gênero a comunicadoras(es) no Brasil em 2021. Os dados incluem registros de ataques públicos contra mulheres, cis e transgênero, meios de comunicação voltados para pautas feministas e agressões com características sexistas, homofóbicas, transfóbicas ou misóginas, classificadas como “ataques de gênero” e que podem vitimar homens e mulheres (cis ou trans) e pessoas não-binárias. Independentemente da vítima, o principal atributo de um ataque de gênero é o fato de que o autor da agressão se apoia na sexualidade ou na identidade de gênero para atacar seu alvo.

Como há uma forte tendência à subnotificação desse tipo de ataque, o relatório se baseia em uma metodologia que combina múltiplas técnicas de coleta de dados, como o sistema de alertas de notícias do Google, a extração de dados do Twitter, a análise de *lives* no YouTube, um canal de denúncias da Abraji e a colaboração de organizações parceiras. Cada caso ocorrido em 2021 foi registrado em uma planilha e as características, organizadas em 43 variáveis quantitativas, que compreendem informações sobre as vítimas, o meio de comunicação e cobertura que ensejaram o ataque, informações sobre o agressor, detalhes sobre a agressão, agressões no meio digital e alertas de gênero.

Os dados do monitoramento apontam que em 2021 houve um total de 119 ataques contra mulheres jornalistas e/ou ataques de gênero envolvendo profissionais da imprensa. Isso significa que, em média, **ocorreu um ataque a cada três dias**. Um aspecto marcante é a importância do gênero: entre os 119 casos, 38% foram classificados como ataques de gênero. Esses registros incluíram, principalmente, ataques à moral e reputação de jornalistas mulheres (32 casos) e ataques homofóbicos (8) e transfóbicos (1). Registraram-se ainda dois casos de violência física contra mulheres jornalistas e dois ataques online motivados por cobertura jornalística relacionada a gênero.

O apelo ao gênero e à sexualidade não é incidental: em sociedades com presença de valores conservadores, esse tipo de ataque é uma forma de minar a credibilidade do jornalismo profissional e de desviar a atenção do conteúdo da notícia. No lugar de discutir os fatos

noticiados, discutem-se a legitimidade e a autoridade da jornalista para apurá-los e divulgá-los. Não é coincidência que os termos mais utilizados nos insultos às profissionais façam referência a aspectos de gênero – “vagabunda”, “puta”, “fofoqueira” – e a supostos vieses ideológicos das jornalistas – “militante”, “esquerdista” e “comunista”, entre outros.

Em 18% dos 119 casos, as vítimas foram atacadas por seu histórico profissional, por suas conexões (pessoais ou profissionais) ou por aquilo que representam para o jornalismo brasileiro. Nessas situações, não houve uma cobertura jornalística específica conectada à agressão sofrida. De fato, a literatura internacional aponta que ataques e abusos contra jornalistas mulheres são uma experiência rotineira para muitas delas e podem não estar ligados a um episódio particular, mas à sua visibilidade e projeção profissional (Posetti et al, 2021).

Contudo, 60% dos ataques registrados foram motivados por cobertura jornalística de natureza política e 52% dos agressores identificáveis foram atores estatais. Mesmo a cobertura sobre saúde foi atravessada por questões políticas: em 80% dos casos em que “saúde” foi a principal temática relacionada ao ataque, a política esteve presente como um pano de fundo, pois a hostilidade contra as jornalistas e comunicadores foi, sobretudo, inflamada por opositores das medidas de distanciamento social e controle da pandemia, pessoas antivacina e grupos que acusam a imprensa brasileira de conspirar contra o governo de Jair Bolsonaro.

Os maiores autores de ataques foram, respectivamente, Jair Bolsonaro, Carlos Jordy, Carlos Bolsonaro, Tercio Arnaud Tomaz, Eduardo Bolsonaro e Rodrigo Constantino, dois filhos do presidente, um parlamentar da base do governo, um assessor presidencial e um comentarista político bolsonarista. A intensa participação de atores do governo nas agressões à imprensa e aos jornalistas expressa tendências recentes das chamadas autocracias, democracias lideradas por governantes autoritários. Em vários lugares, tornou-se estratégia comum atacar meios de comunicação e seus profissionais para impedir que exerçam seu papel fiscalizador, minando um dos pilares fundamentais de sociedades democráticas: o direito à informação e a transparência pública. Apenas para mencionar um exemplo, no 7 de Setembro, dia da comemoração da Independência do Brasil, o presidente Jair Bolsonaro convocou manifestações de apoio a seu governo. Diversas hostilidades, ameaças e ataques foram dirigidos contra jornalistas na ocasião.

Os dados da pesquisa mostram que 69% dos episódios de violência com mais de um agressor foram iniciados por autoridades do governo e funcionários vinculados aos poderes do Estado. Em 52% dos casos com múltiplos agressores, constatou-se uma tendência de vinculação entre essas autoridades e redes de trolls na internet. Nesses casos, autoridades públicas iniciaram os ataques e redes organizadas ou semi-organizadas de usuários os amplificaram, reproduzindo os mesmos conteúdos ou muitas vezes os mesmos termos, gerando um efeito de empilhamento de mensagens abusivas. Isso evidencia a instrumentalização das plataformas de comunicação digital e redes sociais para promover ataques massivos e minar a credibilidade do jornalismo profissional. Algumas jornalistas, como Daniela Lima, Juliana Dal Piva, Mônica Bergamo, Patricia Campos Mello, Amanda Klein e Vera Magalhães sofreram vários ataques em diferentes momentos do ano.

Em 68% dos 119 casos registrados, as agressões se originaram no meio digital. A maioria desses casos (93%) foi de discursos estigmatizantes (ataques verbais feitos publicamente com o objetivo de difamar e desacreditar a vítima), além de ameaças e restrições na internet. Os dados mostram como têm se tornado frequentes as campanhas de difamação e os esforços orquestrados de desinformação digital. As táticas variam entre acusações de viés político e de má conduta profissional, ataques ao caráter e à reputação da jornalista e ataques de gênero. Entre os casos não originados na internet, destacam-se ameaças e intimidações, discursos estigmatizantes e agressões físicas.

Em 2021, o Brasil atravessou um cenário de grande turbulência política, acentuado pela crise de saúde pública trazida pela Covid-19. Os dados do relatório delineiam um cerceamento à liberdade de imprensa. Nesse cenário, os promotores da desinformação, inimigos da transparência e da liberdade de expressão instrumentalizam valores e normas de gênero para silenciar as jornalistas e calar o jornalismo crítico, criando um ambiente hostil e de desconfiança. Longe de ser produto espontâneo das dinâmicas das redes sociais e de seus usuários, a violência tem nos atores estatais seus principais perpetradores ou instigadores. A própria democracia fica comprometida em um ambiente em que os sistemas de verificação dos fatos são constantemente colocados em xeque e suas profissionais, atacadas e assediadas. A destruição da credibilidade atinge tanto a jornalista quanto o veículo de imprensa a que está vinculada, o que exige respostas enérgicas das organizações jornalísticas, da Justiça e do Legislativo.

Recomenda-se principalmente que

- As organizações jornalísticas protejam seus e suas profissionais, criando canais seguros de denúncia e proporcionando assistência jurídica, como parte de uma construção de cultura organizacional de combate a essas violências;
- As organizações jornalísticas ofereçam treinamento em segurança digital, invistam em formação de equipes e adotem ferramentas tecnológicas de monitoramento e proteção;
- As plataformas digitais façam investimentos na moderação de conteúdos, sobretudo, em funcionários com treinamento em igualdade de gênero e direitos humanos;
- As plataformas digitais definam políticas e procedimentos mais eficazes para detectar e penalizar os infratores reincidentes e impedir que os mesmos agressores assumam novas identidades online após serem suspensos;
- Parlamentares estejam atentos a esta problemática e discutam com a sociedade civil proposições legislativas e formas de diminuir a violência nas plataformas digitais;
- Agentes estatais atualizem e aperfeiçoem políticas de proteção para jornalistas e comunicadoras(es) a partir da perspectiva interseccional e das especificidades da violência de gênero.

EM 2021, FORAM REGISTRADOS 119 ATAQUES CONTRA MULHERES JORNALISTAS OU ATAQUES DE GÊNERO



38%

dos casos tiveram ataques com viés de gênero



32

ataques foram dirigidos à moral e reputação da jornalista mulher



8

ataques atingiram homens e tinham caráter homofóbico



60%

dos casos foram relacionados à cobertura política



52%

das agressões com atores identificáveis partiram de agentes estatais



69%

dos casos com mais de um agressor foram iniciados por atores estatais



75%

das agressões foram discursos estigmatizantes



59%

dos discursos estigmatizantes partiram de autoridades e figuras proeminentes



95%

dos agressores identificáveis são do gênero masculino



68%

das agressões se originaram no meio digital

EM 2021, A CADA 3 DIAS OCORREU, EM MÉDIA, 1 ATAQUE CONTRA MULHERES JORNALISTAS E/OU ATAQUE DE GÊNERO.

O PRINCIPAL ATRIBUTO DE UM ATAQUE DE GÊNERO É O FATO DE QUE O AUTOR DA AGRESSÃO SE APOIA NO GÊNERO OU SEXUALIDADE DA VÍTIMA PARA ATACÁ-LA.

INTRODUÇÃO

Desde 2013, a **Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)** monitora os ataques a jornalistas no Brasil, e, em 2019, passou a integrar a rede latino-americana **Voces del Sur**, realizando esse acompanhamento segundo uma metodologia regional comum adotada por 13 países. Os monitoramentos anuais têm revelado as dificuldades de ser comunicador(a) no Brasil, descrevendo um cenário de agressões, discursos estigmatizantes, processos judiciais e tentativas de limitar a liberdade de expressão na internet. Nos últimos anos, os dados mostram que as agressões contra a imprensa e os jornalistas têm crescido. O contexto de pandemia, desinformação e as constantes investidas dos governantes contra a credibilidade jornalística criaram um ambiente hostil a comunicadores(as) do país.

A comparação entre os anos de 2020 e 2021 revela um crescimento de 23,4% nos alertas de violações à liberdade de imprensa, que já vinha sendo vislumbrado desde o início do ano¹. Contudo, essas estatísticas ainda deixam nas sombras um fato que tem chamado cada vez mais atenção: as particularidades e a especial virulência dos ataques contra jornalistas mulheres. Pesquisas nacionais e internacionais apontam que a violência contra jornalistas mulheres está aumentando no mundo e levantam múltiplas causas para esse recrudescimento (Posetti et al, 2021; Chen et al, 2018; Ramos e Saad, 2018). Atacar a moral da jornalista mulher tem se mostrado uma estratégia comum daqueles que desejam minar a confiança do público no jornalismo e nos fatos em geral.



¹ <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-registra-aumento-de-ataques-a-jornalistas-no-primeiro-trimestre-de-2021>

Em vista disso, em 2021, a Abraji desenvolveu um monitoramento específico dos casos de violência de gênero a jornalistas, incluindo ataques contra profissionais mulheres ou meios de comunicação com viés feminista. Isto é, além dos ataques que vitimaram comunicadoras, estão no radar situações em que a sexualidade, o gênero ou a orientação sexual se torna combustível para atacar profissionais da imprensa de maneira geral, considerando também homens cisgêneros, pessoas transgêneras, não-binárias e outros. Várias jornalistas relatam sofrer ataques via mensagens diretas, por comunicadores instantâneos ou e-mail. Ataques privados como esses, no entanto, não estão no escopo da pesquisa, que lida apenas com casos públicos de agressões e violência.

O principal objetivo desta pesquisa é conhecer a amplitude e as características do problema, a fim de traçar diagnósticos e propor respostas e ações de incidência. O resultado é o projeto **Violência de gênero contra jornalistas**, que conta com o apoio da **UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**, e cuja metodologia e resultados podem ser conferidos nas próximas páginas.

METODOLOGIA

GÊNERO EM QUESTÃO

Em 2021, o monitoramento **Violência de gênero contra jornalistas** registrou 119 alertas. Esse número representa **uma média de um ataque a cada três dias**. Além de ataques dirigidos a mulheres cisgênero e transgênero e a meios de comunicação voltados para pautas feministas, foram registradas agressões com características sexistas ou misóginas, classificadas como “ataques de gênero”. Para desenvolver esse indicador, foram utilizadas definições presentes na literatura acadêmica (Chen et al, 2018; Edström, 2016; Posetti et al, 2021).

O principal atributo de um ataque de gênero é o fato de que o autor se apoia no gênero ou sexualidade da vítima para agredi-la. Por exemplo, chamar uma jornalista de “idiota” não é considerado ataque de gênero. Contudo, se a agressão inclui termos derogatórios como

UM ATAQUE DE GÊNERO É DEFINIDO PELA INSTRUMENTALIZAÇÃO DO GÊNERO, APARÊNCIA OU SEXUALIDADE DA VÍTIMA PARA ATACÁ-LA.

“mulherzinha” ou “vagabunda”, entende-se que se trata de um ataque dessa categoria. Esse tipo de violência pode acometer tanto mulheres como homens, embora seja mais comumente dirigido a

mulheres. Se um jornalista homem é chamado de “afeminado” ou “gay”, com o fim de insultá-lo, o caso é considerado um ataque homofóbico e se encaixa na definição do monitoramento.

A violência do ataque de gênero não se expressa apenas na forma de discursos. Pode incluir insultos e comentários negativos, além de abranger atos e práticas como assédio sexual, violência física, estupro e ameaças de agressão sexual. À medida que jornalistas ampliam sua presença na internet e nas redes sociais, outras modalidades de ataque de gênero se tornam rotina, a exemplo dos ataques massivos online e hackeamentos com o intuito de censurar cobertura jornalística relacionada a gênero, assim como novas estratégias para desmoralizar e

desacreditar as jornalistas nos ambientes virtuais: a divulgação ou manipulação não autorizada de imagens pessoais, ataques massivos nas redes sociais e ofensivas contra a reputação ou moral da mulher, que incluem insinuações sobre casos extraconjugais, orientação sexual ou troca de favores sexuais por informação, entre outros.

No presente monitoramento, o ataque de gênero foi definido a partir de alguns indicadores: assédio e violência sexual, ameaça de estupro, divulgação ou manipulação de imagens, ataque à reputação e à moral, além de outras situações que podem compreender violência física e diferentes formas de constrangimento ou censura. Entraram na definição os casos de homofobia, transfobia ou quaisquer outras formas de discriminação direcionadas à orientação sexual e à identidade de gênero.

TIPOS DE ALERTA DE GÊNERO BASEADOS NA LITERATURA NACIONAL E INTERNACIONAL

- * ASSÉDIO SEXUAL
(avanços sexuais indesejados)
- * ATAQUE À REPUTAÇÃO E À MORAL DA MULHER
(narrativas sobre casos extraconjugais, orientação sexual, insinuações sobre troca de favores sexuais etc)
- * AMEAÇA DE ESTUPRO
- * DIVULGAÇÃO OU MANIPULAÇÃO DE IMAGENS
(vídeos pornográficos *deepfake*, memes abusivos, imagens alteradas)
- * VIOLÊNCIA SEXUAL
- * ATAQUE HOMOFÓBICO
- * ATAQUE ONLINE MOTIVADO POR COBERTURA RELACIONADA A GÊNERO
- * VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA A MULHER
- * TERMOS DERROGATÓRIOS LIGADOS A GÊNERO
(uso de termos que estereotipam alguém com base em atributos de gênero, aparência ou sexualidade)
- * ATAQUE TRANSFÓBICO

TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Um dos principais desafios para o registro de ataques contra jornalistas é a subnotificação, provocada pelo estigma que pode acompanhar o ato de denunciar uma agressão. Quando o ataque se dirige a mulheres ou tem elementos de ataque de gênero, as dificuldades são ainda maiores. Pesquisas com jornalistas mulheres apontam que a maioria não leva esses incidentes ao conhecimento de seus chefes ou da polícia e raramente toma medidas legais (Posetti, 2021; Waisbord, 2020). Isso está relacionado muitas vezes a uma cultura de silêncio nas organizações jornalísticas, à falta de protocolos, legislação e estrutura para lidar com os casos e, em alguns deles, a ideia de que a melhor forma de enfrentar um ataque é ignorá-lo. Nas pesquisas internacionais, registraram-se ainda diversos episódios em que os empregadores chegaram a perguntar às profissionais o que elas tinham feito para provocar os ataques. Todos esses fatos podem dissuadir a jornalista de tornar pública a violência experimentada.

Em razão dessa dificuldade, o monitoramento combinou diferentes técnicas de coleta dos casos a fim de chegar o mais perto possível do quadro real de ataques às jornalistas. Ainda assim, reconhece-se que a metodologia utilizada não é capaz de registrar todos os incidentes ocorridos no país e que os dados aqui apresentados referem-se a apenas uma fração do total de casos, sendo alta a probabilidade de terem ocorrido mais ataques de gênero e contra jornalistas mulheres do que foi possível registrar.



Sistema de alertas Google



Canais de denúncias e colaboração com outras organizações



Monitoramento do Twitter



Análise de conteúdos no YouTube

Inicialmente, foram analisados alertas do Google sobre notícias de ataques contra jornalistas e recebidas denúncias de organizações parceiras, veículos noticiosos e profissionais da comunicação. Em um segundo momento, foi feita a extração de dados do Twitter², localizando na plataforma casos de agressões e ataques. No YouTube, foram analisadas, com ajuda da ferramenta [Google Pinpoint](#), as transcrições das *lives*

²⁰ Twitter permite usar, com algumas limitações de tempo e quantidade de postagens, sua Interface de Programação de Aplicações (API, na sigla em inglês) para coletar dados publicados na plataforma. Nesta pesquisa, esse recurso foi utilizado para baixar, semanalmente, tweets com potenciais ataques a jornalistas e comunicadores. A coleta foi realizada com o pacote `rtweet`, função `search_tweet`, para o ambiente de programação R e teve início na terceira semana de julho de 2021. As combinações de palavras-chave usadas na busca foram: *blogueira*, *jornalista burra*, *jornalista chata*, *jornalista esquerda*, *jornalista esquerdista*, *jornalista esquerdopata*, *jornalista fake*, *jornalista feia*, *jornalista horrorosa*, *jornalista imbecil*, *jornalista louca*, *jornalista militante*, *jornalista puta*, *jornalista safada*, *jornalista vagabunda* e *jornazista*. Todos os termos e expressões foram selecionados a partir de um estudo exploratório de agressões online contra mulheres jornalistas.

semanais realizadas pelo presidente Jair Bolsonaro ao longo do ano. Foram feitas parcerias com organizações da sociedade civil atentas às questões de gênero e liberdade de expressão para compartilhamento de casos e denúncias, como **Comitê para Proteção de Jornalistas (CPJ)**, **Instituto Patrícia Galvão**, **Instituto Mulheres Jornalistas**, **Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj)**, **Gênero e Número** e **Repórteres Sem Fronteiras (RSF)**.

Além disso, foi criado um canal de denúncias na [página do projeto](#). Como resultado dessas múltiplas formas de coleta, foram registrados 119 casos em 2021.

VARIÁVEIS E INDICADORES

As informações sobre cada caso foram registradas em uma planilha para facilitar a análise e síntese dos dados. Cada episódio de agressão, considerado como um alerta, foi tomado como unidade de análise do estudo e, a partir dele, foram anotados detalhes sobre as vítimas, organizações em que trabalham, tipo de cobertura jornalística que ensejou o ataque, agressores e tipos de agressão cometidos. Dados específicos sobre casos ocorridos no meio digital e informações ligadas a possíveis características de ataque de gênero foram catalogados. Ao todo, a pesquisa trabalhou com 43 variáveis quantitativas, divididas em 8 blocos.

Lista de variáveis

1. Dados gerais
2. Resumo e links
3. Informações sobre as vítimas
4. Informações sobre o meio de comunicação e a cobertura
5. Informações sobre o agressor
6. Informações sobre a agressão
7. Agressões no meio digital
8. Alerta de gênero

Com relação às vítimas, além do nome e ocupação no jornalismo, os dados reunidos foram agregados em categorias como gênero, cor, faixa etária e orientação sexual. Para a cor, foi adotada uma combinação das técnicas de autoclassificação e heteroclassificação. Informações sobre orientação sexual e identidade de gênero foram registradas respeitando a autodeclaração. Nas situações em que esse modo de definição não era viável, os dados foram categorizados como “indeterminados”. Já os dados sobre a orientação sexual somente foram

registrados na medida em que essa informação se relacionasse com o teor do ataque sofrido, por exemplo, no caso de um ataque homofóbico.

Quanto aos agressores, registrou-se se o ataque foi feito por um indivíduo ou grupo, o número de agressores, seus nomes e gênero. Em seguida, aplicaram-se aos autores dos ataques as classificações: estatal, paraestatal, não estatal, grupos às margens da lei e não identificado. Após essa triagem, os autores dos ataques foram classificados em outros 17 tipos detalhados, que permitiram identificar quem são e que posições ocupam na sociedade. A planilha com os microdados da pesquisa é pública e pode ser acessada [aqui](#)³.

CLASSIFICAÇÃO DOS AGRESSORES

Nas informações sobre a agressão, outras situações de violência não explicitamente ligadas

*** ESTATAIS :**

Autoridades do governo e funcionários vinculados aos poderes do Estado em níveis local e nacional. Também inclui empresas estatais.

*** PARAESTATAIS :**

Indivíduos, grupos, organizações ou agências que, apesar de não pertencerem à administração pública, colaboram com o Estado em atos econômicos, sociais, políticos ou até criminosos.

*** NÃO-ESTATAIS :**

Manifestantes, sindicatos, atores privados, empresários, empresas privadas, diretores de meios, dirigentes de agremiações, grupos sociais organizados, entre outros.

*** GRUPOS À MARGEM DA LEI :**

Grupos do crime organizado, narcotráfico, guerrilha, paramilitares, milícias.

ao gênero, mas que vitimam mulheres jornalistas, foram incluídas no escopo do projeto. O monitoramento segue os 12 indicadores dos levantamentos anuais do projeto **Voces del Sur**, que acompanha o quadro geral de agressões contra profissionais da imprensa em 13 países da América Latina. Assim, os ataques poderiam envolver assassinato, sequestro, desaparecimento forçado, detenção arbitrária, tortura, tentativas de homicídio e atentados (contra meios e pessoas), assassinato de familiares, restrições ao acesso à informação, uso abusivo do poder estatal, agressões físicas, destruição de equipamentos, processos civis e penais, restrições na internet, ameaças, intimidações e ciberameaças e discursos estigmatizantes.

³ Excluímos dessa planilha pública as variáveis que permitiriam identificar as vítimas dos ataques.

Durante o registro das informações sobre os alertas, foi identificado que a categoria discursos estigmatizantes aparece como principal forma de agressão, o que demandou um detalhamento melhor de como ele ocorre, resultando na classificação entre movimentos coordenados de ataque, campanhas de desinformação ou declarações de autoridades e figuras proeminentes. Além disso, é possível que um mesmo episódio apresente mais de um tipo de agressão, bem como tenha mais de uma vítima ou agressor. Logo, cada ataque foi registrado com o maior detalhamento possível.

Caso o principal local da agressão tenha sido o meio digital, são registradas as plataformas utilizadas (Twitter, Facebook, Instagram, WhatsApp, entre outras). Foi considerada a relação do ataque com diferentes tipos de restrição na internet, isto é, se foram empregadas estratégias que restringiram o uso da internet pelo(a) jornalista para publicar ou acessar informações. São exemplos de restrições hackeamento, vigilância ilegal de comunicações, ataque de negação de serviço etc. Por fim, houve registro das características de gênero (quando presentes) dos ataques, com detalhamento dos elementos que permitiram caracterizá-los dessa forma.



Detalhamento dos agressores

- Autoridades de Estado
- Servidores públicos
- Membros das forças armadas
- Integrantes da Polícia Militar e Civil
- Empresas estatais
- Manifestantes
- Atores privados identificados
- Empresários
- Meios de comunicação partidários ou alternativos
- Dirigentes sindicais
- Líderes religiosos
- Grupos sociais organizados ou movimentos sociais
- Grupos de crime organizado, narcotráfico, guerrilha, paramilitares e milícias
- Trolls e trolls-centers
- Justiça
- Cidadãos não identificados
- Outros

- * **ASSASSINATO** : ato intencional que causa a morte em decorrência do trabalho jornalístico.
- * **SEQUESTRO** : detenção ilegal, retirada e/ou confinamento de uma vítima sem o seu consentimento por pessoas ou grupos que não agem com o apoio ou consentimento do Estado.
- * **DESAPARECIMENTO FORÇADO** : prisão, detenção, rapto ou qualquer outra forma de privação de liberdade de uma vítima por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas agindo com a autorização, o apoio ou o consentimento do Estado, seguido de uma recusa em reconhecer a privação de liberdade ou por ocultação do destino ou paradeiro da vítima.
- * **DETENÇÃO ARBITRÁRIA** : prisão ou detenção em desacordo com as leis nacionais por não estar devidamente baseada em motivos estabelecidos pela lei, ou não estar em conformidade com os procedimentos estabelecidos pela lei, ou ser considerada arbitrária no sentido de inadequada, injusta, despropositada ou desnecessária nas circunstâncias.
- * **TORTURA** : ato pelo qual forte sofrimento, físico ou mental, é infligido intencionalmente a um jornalista para fins de obter dele ou de terceiros informações ou uma confissão, punindo-os, intimidando-os ou coagindo-os.
- * **AGRESSÕES E ATAQUES** : ações violentas, intimidantes ou limitantes, físicas ou verbais, que visam a impedir ou limitar a liberdade de expressão ou a bloquear o trabalho jornalístico ou o acesso a fatos e informações públicas.
- * **DISCURSO ESTIGMATIZANTE** : ataques verbais que são tornados públicos com o objetivo de difamar e desacreditar a vítima.
- * **RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO** : a limitação ou bloqueio de informações publicamente relevantes e outros eventos de interesse jornalístico.
- * **PROCESSOS JUDICIAIS CRIMINAIS E CIVIS** : julgamento público ou privado, cujas consequências podem variar de multas a prisão.
- * **USO ABUSIVO DO PODER ESTATAL** : ações deliberadas planejadas e implementadas pelo Estado que – abusando de seus poderes, sem lógica ou raciocínio e contra os padrões internacionais – prejudicam jornalistas e mídia, seja financeira ou materialmente.
- * **NORMAS CONTRÁRIAS AOS PADRÕES INTERNACIONAIS** : a proposta e/ou aprovação de leis, incluindo decretos, resoluções e diretrizes que restringem a liberdade de expressão e o acesso à informação e/ou geram censura.
- * **RESTRIÇÕES NA INTERNET** : limitação da liberdade de expressão e liberdade de imprensa online por meio de estratégias que restringem o uso da internet para publicar ou acessar informações.

RESULTADOS DO MONITORAMENTO

ATAQUES DE GÊNERO

No ano de 2021 foram registrados um total de 119 ataques contra mulheres jornalistas e/ou ataques de gênero. Isso significa que, em média, ocorreu um ataque a cada 3 dias. Entre os 119 alertas registrados, em 45 estiveram presentes elementos que os caracterizam explicitamente como ataques de gênero. Eles respondem por 38% dos casos. A maior parte foi de ataques

2021 APRESENTOU UMA MÉDIA DE 1 ATAQUE CONTRA MULHERES JORNALISTAS E/OU ATAQUE DE GÊNERO A CADA 3 DIAS.

à reputação e à moral da mulher, incluindo narrativas sobre supostos casos extraconjugais e sexualidade, entre outros. Ataques homofóbicos respondem por 17% dos ataques

de gênero. Foram registrados ainda dois casos de violência física contra jornalistas, dois ataques online motivados por cobertura relacionada a gênero e um ataque transfóbico.



38% DOS CASOS FORAM ATAQUES DE GÊNERO

Em entrevistas com 75 jornalistas de 5 diferentes países, Chen et al (2018) registraram que essas profissionais notam que as críticas ao seu trabalho são constantemente carregadas de termos misóginos ou envolvem ameaças de violência sexual – padrão

Ataques de gênero

Ataque à reputação e à moral da mulher	32
Ataque homofóbico	8
Ataque online motivado por cobertura relacionada a gênero	2
Violência física contra mulher	2
Ataque transfóbico	1
Total	45

diferente dos ataques contra jornalistas homens. De fato, as agressões verbais classificadas como ataques de gênero no presente levantamento lançaram mão de uma série de termos derogatórios, muitos dos quais apresentaram uma carga visível de agressão de gênero. É o caso das expressões machistas, misóginas e homofóbicas empregadas para humilhar as(os) profissionais por sua sexualidade e aparência. A nuvem de palavras abaixo⁴ mostra que “vagabunda”, “puta”, “feia”, “velha”, “biscate”, “queima rosca” e “viado” estiveram entre esses termos.



Além disso, traços estereotipados de personalidade fizeram parte do rol de insultos direcionados às comunicadoras. Elas foram chamadas de “loucas”, “mentirosas” e desacreditadas por serem “fofoqueiras”. Suas capacidades cognitivas foram constantemente colocadas em questão, já que foram apontadas, muitas vezes, como “burras”, “idiotas” e “imbecis”. Somando-se às ofensas de caráter sexista e cognitivo, há as provocações de viés ideológico. As(os) jornalistas foram acusadas(os) de serem “militantes”, “jornalistas”, “comunistas”, “esquerdistas” e outras alcunhas similares. Essas foram, inclusive, as palavras que mais apareceram nos ataques – produto e indicativo de um cenário político inflamado.

Um estudo comparativo realizado pela Abraji e focado em agressões online contra jornalistas em 2020 revelou o abismo que se coloca entre o tratamento dado a mulheres e homens, mesmo em casos de violência. Dos 723 tweets de ataques analisados, 261 continham agressões explícitas relacionadas a gênero – usando aparência, sexualidade, orientação sexual ou traços

⁴ Para a nuvem de palavras foram considerados os termos identificados em ao menos dois casos diferentes. O tamanho das expressões representa a frequência com que apareceram – as maiores foram mais frequentes; as menores, menos.

estereotipados de personalidade como instrumentos de ofensa. Desses, 94,2% foram destinados a profissionais mulheres, enquanto apenas 5,8% vitimaram jornalistas homens.

O cenário de 2021, representado pela nuvem de palavras, é uma aproximação do que aconteceu com os episódios de 2020: “louca”, “feia”, “puta”, “burra”, “esquerdista” e “militante” foram expressões comumente usadas para humilhar e desacreditar as comunicadoras. É importante pontuar que os ataques estudados no Twitter tiveram a participação de agentes políticos com projeção nacional, no exercício de seu mandato, como Eduardo Bolsonaro e o vereador Carlos Bolsonaro – o que mostra o potencial mobilizador desses atores.



Como exemplos da violência de gênero sofrida por jornalistas em 2021, há os diferentes ataques voltados a Patricia Campos Mello, da Folha de S.Paulo, alvo de três agressões com características de gênero, todas relacionadas a um mesmo episódio. Em 2018, Campos Mello publicou uma matéria sobre como disparos massivos de mensagens no WhatsApp, financiados por empresários brasileiros, contribuíram para a campanha de Jair Bolsonaro durante as eleições presidenciais daquele ano. A história gerou debates no cenário político e, em fevereiro de 2020, ganhou um novo capítulo: um ex-funcionário da empresa de disparos em massa Yacows afirmou, em depoimento

à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News, que a jornalista havia se insinuado sexualmente para obter as informações publicadas.

Ainda que o depoente tenha sido condenado pela Justiça de São Paulo a indenizar Campos Mello por danos morais, a invenção desencadeou uma série de ataques contra a jornalista, especialmente nas redes sociais. Internautas e atores políticos como o deputado federal Eduardo Bolsonaro passaram a perverter o jargão jornalístico “dar furo” – entendido como



o ato de ultrapassar a concorrência na corrida por divulgar uma notícia inédita –, conferindo a ele uma carga sexual, altamente ofensiva. Como resultado disso, Patricia Campos Mello foi apontada como a “jornalista que dá o furo” em ataques online identificados em fevereiro, setembro e outubro de 2021. Episódios similares despontaram na internet ao longo de 2020.

As agressões contra mulheres jornalistas não se restringiram aos espaços digitais. Em setembro de 2021, uma jornalista do grupo Globo⁵ foi apedrejada durante a cobertura da seleção brasileira de futebol em Recife. Nesse dia, ao menos cinco profissionais de imprensa foram atacados por torcedores que aguardavam os atletas na saída de um hotel. Além da violência física, a repórter – única mulher presente no episódio – sofreu com ofensas relacionadas ao seu gênero: foi chamada de “puta” pelos agressores.

Outra face da violência de gênero contra comunicadoras e comunicadores brasileiros envolveu ataques homofóbicos e transfóbicos. Em agosto⁶, um repórter alagoano foi vítima de *doxing*⁷, ameaça judicial e comentários hostis e homofóbicos em seus perfis no Twitter e no Instagram. O profissional se tornou alvo depois de publicar uma reportagem mostrando como um médico *influencer* desestimulava a vacinação contra Covid-19 em suas redes sociais. Entre as várias ofensas que recebeu, o jornalista foi chamado de “queima rosca”, “frouxo”, “esquerdista” e “militante”.

⁵ Disponível em <https://abraji.org.br/noticias/jornalistas-sao-apedrejados-em-cobertura-da-selecao-no-recife>

⁶ Disponível em <https://www.abraji.org.br/noticias/abraji-registrou-137-ameacas-contra-jornalistas-vazamento-de-dados-e-outros-ataques-na-internet>

⁷ O termo “doxing” descreve a ação de divulgar informações pessoais da vítima online.

Três meses depois, em novembro, uma profissional do interior da Bahia⁸ sofreu um ataque transfóbico de um funcionário da prefeitura de sua cidade. Por suas coberturas e comentários políticos, a jornalista foi ameaçada, perseguida, insultada e teve sua identidade de gênero questionada. Além de colocar em risco sua integridade física, as agressões feriram a reputação e a moral da comunicadora. Como já dito, ataques do tipo foram os mais comuns entre os episódios com violência de gênero.

Os casos compilados mostram um cenário de violações e abusos contra jornalistas mulheres e ataques de gênero. O objetivo não é afirmar que ataques que vitimam jornalistas homens têm menos gravidade, e sim demonstrar que existem especificidades a serem levadas em conta quando se trata de violência de gênero. Esse tipo de agressão costuma se caracterizar, entre outros fatores, por seu aspecto altamente pessoal, aludindo a características presumidas da vítima e avançando sob sua esfera privada. A literatura internacional aponta que os efeitos podem ir da autocensura das jornalistas, que passam a ser menos vocais e a evitar determinados tópicos para não serem atacadas, à perda de credibilidade e danos profissionais, reputacionais e patrimoniais. Os prejuízos se estendem à relação com as fontes e o público, o que, por sua vez, afeta diretamente as condições de trabalho da jornalista (Posetti et al, 2020). Os efeitos mais gerais são a corrosão da liberdade de expressão e de imprensa, um dos principais pilares das sociedades democráticas.

ATAQUES POR MÊS

O mês com mais registros de ataques foi setembro (20) e o mês com menos registros foi janeiro (2). Em setembro, diversos ataques ocorreram no contexto das manifestações a favor de Jair Bolsonaro, realizadas em diferentes cidades no dia 7 de setembro, comemoração da Independência do Brasil. Nesse dia, quatro profissionais foram hostilizadas, ameaçadas e tiveram equi-

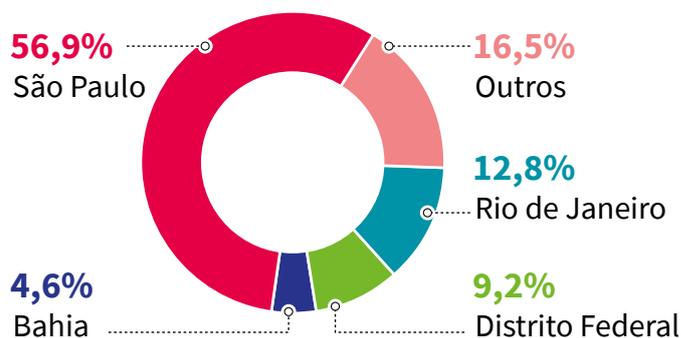
Ataques por mês



⁸ Disponível em <https://www.abraji.org.br/noticias/jornalista-trans-no-interior-da-bahia-sofre-perseguiçao-de-funcionario-da-prefeitura>

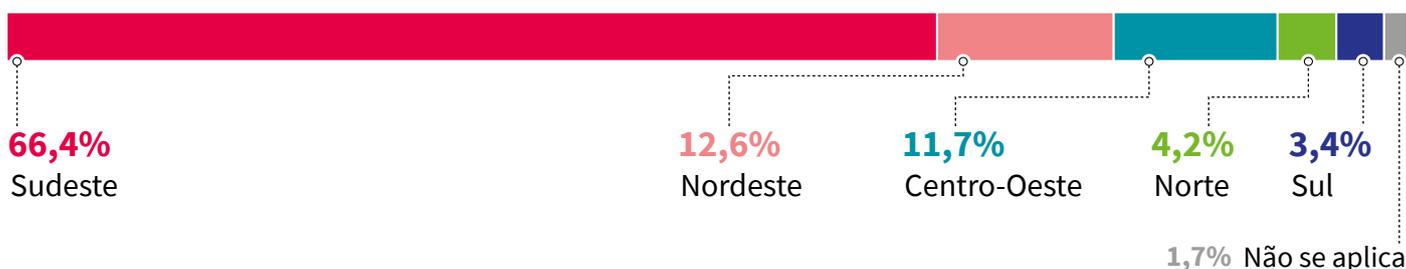
pamentos destruídos ao cobrir os atos pró-presidente. Dias antes do evento, Tania Morales, jornalista da rádio CBN, foi alvo de discursos estigmatizantes por parte de Jair Bolsonaro e apoiadores, como o empresário Luciano Hang e o deputado federal Carlos Jordy, por comentar a possibilidade de manifestantes irem às passeatas armados e exibirem comportamentos violentos⁹.

Ataques por estado



FREQUÊNCIA E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL¹⁰

Ataques por região



O Sudeste foi a região que concentrou mais ataques, seguida por Nordeste e Centro-Oeste. Entre os estados, São Paulo foi o que mais registrou ataques, seguido por Rio de Janeiro. O fato de o Sudeste concentrar alguns dos maiores veículos de comunicação do país, como os grupos Globo e Folha de S.Paulo, pode explicar a concentração de ataques na região. Ambos figuraram entre as organizações cujas profissionais sofreram mais ataques¹¹.



85,7% DAS VÍTIMAS SÃO REPÓRTERES OU ANALISTAS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO

⁹ Ainda que o pico de ataques no segundo semestre de 2021 possa ser explicado por acontecimentos políticos que movimentaram a sociedade brasileira, a diferença significativa entre o número de casos registrados na primeira e na segunda metade do ano pode ser resultado de uma mudança metodológica. A partir de julho, a técnica de coleta de dados no Twitter passou a fazer parte do monitoramento. Uma análise mais atenta da plataforma pode ter sido um motivo para o aumento de episódios catalogados a partir desse período.

¹⁰ A categoria “Não se aplica” corresponde às situações em que não foi possível identificar a região em que se passou o caso, como em ataques pela internet, quando a localidade da vítima era desconhecida.

¹¹ É preciso ressaltar que a metodologia utilizada na coleta e identificação de casos pode ter contribuído para os altos números dessa região, já que uma das técnicas aplicadas foi o acompanhamento de alertas de notícias – focadas, majoritariamente, em jornalistas de destaque, que atuam em grandes empresas noticiosas e, usualmente, estão localizadas no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. Procuramos mitigar esse problema criando o canal de denúncias e pedindo a colaboração de organizações parceiras. Ainda assim, pode haver uma subnotificação de casos fora da região Sudeste.

Entre as 127 vítimas, 109 são repórteres ou analistas de meios de comunicação impressos, audiovisuais ou digitais, o que representa 85,7% do total. Entre os demais casos, 6 vítimas são repórteres independentes (4,7%) e 5 fotógrafas ou cinegrafistas (3,9%). Em dois casos, a agressão foi contra meios de comunicação: o Portal Catarinas sofreu um ataque de negação de serviço por cobertura relacionada a gênero e o Nós, Mulheres da Periferia foi alvo de hackeamento pelo mesmo motivo.

Ao registrar os nomes das vítimas, foi possível identificar quais mulheres sofreram mais ataques em 2021. Entre elas, destacou-se a apresentadora e jornalista Daniela Lima. Em apenas um ano, ela foi alvo de 8 ataques diferentes, relacionados a temas de política, segurança pública e economia e emprego. Em um único caso, Lima foi alvo de cinco agressores diferentes (Carlos Bolsonaro, Carlos Jordy, Sérgio Camargo, Silas Malafaia e de internautas/trolls). Ela foi atacada nas redes sociais (Twitter) por comentário feito ao vivo sobre a operação policial que deixou 28 mortos no Rio de Janeiro. Foi acusada de, em um comentário feito em 7 de maio, ter supostamente minimizado o fato de “só” um policial ter morrido na operação. As jornalistas Juliana Dal Piva, Mônica Bergamo e Patricia Campos Mello sofreram 5 ataques cada uma. Amanda Klein sofreu 4 e Vera Magalhães, 3. Esses casos de ataques continuados se enquadram no padrão identificado por algumas pesquisas, que mostram que a violência contra mulheres jornalistas pode oscilar entre ataques de grande escala e ameaças extremas até uma espécie de fritura lenta, que envolve abusos constantes (Posetti, 2021).



PERFIL DAS VÍTIMAS

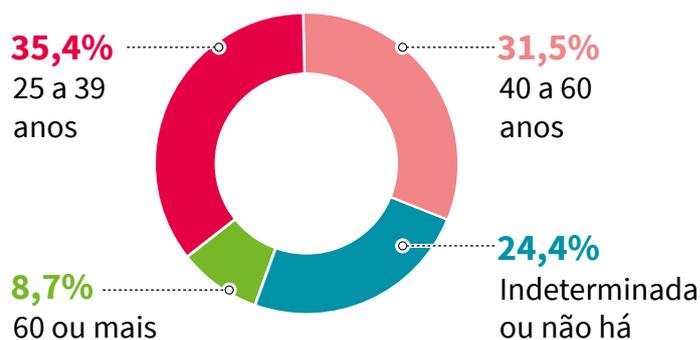
Entre as vítimas, 91,3% são do gênero feminino, sendo uma delas mulher transgênero. Nos demais casos (7,1%), foram homens, todos alvos de ataques homofóbicos. Finalmente, em dois episódios, as vítimas foram veículos de comunicação que noticiam pautas relacionadas a gênero e feminismo. Quanto à cor, 83% foram identificadas como brancas, 9% como pretas, 7% indeterminadas e em 1% dos casos essa categorização não foi aplicada (por se tratar, por exemplo, de um meio de comunicação). A sub-representação de vítimas pretas e pardas pode ser resultado das próprias desigualdades raciais no campo jornalístico, pois a coleta de dados favoreceu o registro de casos em que as vítimas geralmente são profissionais com grande visibilidade e, frequentemente, no topo da carreira.



ATAQUES A PESSOAS CONECTADAS À VÍTIMA

Foram registrados 7 casos em que os ataques não se limitaram às jornalistas, sendo dirigidos a familiares e colegas. Os achados convergem com outras pesquisas que têm apontado que a violência contra jornalistas e, particularmente, contra profissionais mulheres, frequentemente coloca em risco suas fontes, colegas e familiares, incluindo crianças e bebês (Posetti et al, 2021). No monitoramento da Abraji, foram identificadas ameaças ou exposição de familiares e ameaças ou agressões a colegas. No primeiro

Idade das vítimas



Pessoas conectadas às vítimas

Ameaças a familiares	2
Exposições de familiares	2
Ameaças a colegas	2
Agressão a colegas	1

caso, Daniela Lima foi alvo de ataques e ameaças nas redes sociais por parte do internauta José Roberto dos Santos, que ameaçou seus familiares de morte. No segundo, o jornalista Marcelo Hailer recebeu ameaças de morte e insultos LGBTfóbicos e teve sua família ameaçada nas redes sociais após reportagem sobre operação policial que matou 25 no estado de Minas Gerais.

VEÍCULO DAS VÍTIMAS

O monitoramento revelou que 24,4% das vítimas trabalhavam para o Grupo Globo, 11%, para a CNN Brasil, 10,2%, para a Folha de S.Paulo, 5,5%, para o UOL e 3,9% são jornalistas *freelancers*. Esses dados são uma importante sinalização para que essas empresas jornalísticas invistam em estrutura para lidar com os ataques.

Veículos das vítimas	Nº	%
Grupo Globo	31	24,4
Outros	31	24,4
CNN Brasil	14	11
Folha de S. Paulo	13	10,2
UOL	7	5,5
Freelancer	5	3,9
Grupo Globo (afiliada)	5	3,9
Jovem Pan	4	3,1
TV Cultura	3	2,4
Aos Fatos	2	1,6
CBN	2	1,6
Estadão	2	1,6
Grupo Record	2	1,6
Grupo Record (afiliada)	2	1,6
Metrópoles	2	1,6
SBT	2	1,6
Total	127	100

EDITORIA DAS VÍTIMAS E TEMA DE COBERTURA

Um total de 58% das vítimas não trabalha em uma editoria jornalística específica. No entanto, nos 53 casos de vítimas que o fazem, 89% dos ataques se dirigiram a jornalistas da área de política. Quando observa-se o tema da cobertura que motivou os ataques, vemos novamente a política se destacar: 60% dos ataques foram desencadeados por coberturas jornalísticas relacionadas ao tema. Crime e segurança pública representaram 5% dos casos e saúde, 5%. Esses últimos estiveram ligados a apurações jornalísticas sobre a pandemia de Covid-19. Os dados convergem novamente com pesquisas internacionais, que mostram que as pautas de cobertura jornalística mais associadas aos ataques costumam ser ligadas justamente à política e eleições (Posetti et al, 2021). Como aponta Silvio Waisbord,

“Globalmente, repórteres investigativos que expõem corrupção e abusos de direitos humanos têm sido alvos frequentes de intimidação e assassinato por governos e atores paraestatais. (Waisbord, 2020: 5)

NOS 53 CASOS DE VÍTIMAS QUE TRABALHAM EM UMA EDITORIA ESPECÍFICA, 89% DOS ATAQUES SE DIRIGIRAM A JORNALISTAS DA ÁREA DE POLÍTICA.

Editoria das vítimas	Nº	%
Não há	74	58,2
Política	47	37
Esporte	2	1,6
Cidade e local	1	0,8
Cultura e entretenimento	1	0,8
Moda e comportamento	1	0,8
Opinião	1	0,8
Total	127	100

Nos casos em que não há cobertura específica (identificados na tabela como “não há”), as vítimas foram atacadas de forma “espontânea”, por seu histórico profissional, por suas conexões (pessoais ou profissionais) ou por aquilo que representam para o jornalismo brasileiro. Em suma, nesses episódios, não houve cobertura, comentário ou manifestação específicos que levou à agressão.

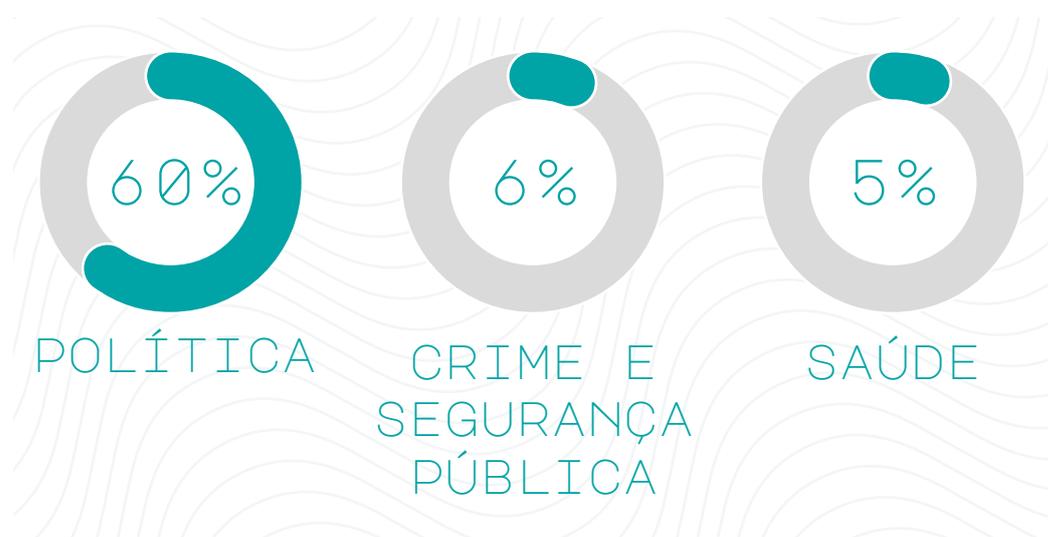
De maneira geral, a cobertura sobre saúde foi atravessada por questões políticas. Em 80% dos casos em que “saúde” foi a principal temática relacionada ao ataque, o cenário político esteve presente como pano de fundo,

pois a hostilidade contra as jornalistas e comunicadoras foi, sobretudo, inflamada por opositores das medidas de distanciamento social e controle da pandemia, pessoas antivacina e grupos que acusam a imprensa brasileira de conspirar contra o governo de Jair Bolsonaro.

Tema da cobertura	Nº	%
Política	71	59,6
Não há	21	17,6
Crime e segurança pública	6	5
Saúde	5	4,2
Esporte	4	3,3
Sociedade	3	2,5
Economia	3	2,5
Acidente	2	1,7
Dia dos Namorados	1	0,9
Entretenimento	1	0,9
Meio ambiente	1	0,9
Mobilidade	1	0,9
Total	1	100

AGRESSORES

Os perpetradores da violência contra jornalistas variam de indivíduos a grupos articulados em rede, até agentes de desinformação ligados ao Estado¹². Em um estudo interna-



¹² Atores estatais incluem autoridades de Estado, servidores públicos, justiça e Polícias Militar e Civil.



cional financiado pela UNESCO, atores políticos – incluindo presidentes e representantes eleitos, funcionários de partidos e membros – foram apontados em 37% dos casos como instigadores e fomentadores de campanhas de violência online contra jornalistas mulheres. Anônimos ou desconhecidos foram indicados como agressores em 57% das vezes (Posetti et al, 2021). No monitoramento da Abraji, atores estatais foram os principais agentes de violência, participando de 58 do total de 112 agressões registradas com autores identificáveis, o que representa 52%.

Nos casos com mais de um agressor (42), há um padrão reconhecível. Em 69% deles, um ator estatal iniciou a agressão

e agentes não estatais se uniram a ele para atacar as jornalistas. Apenas em 19% ocorreu o contrário. Em 12% dos casos com mais de um agressor, dois ou mais atores estatais se uniram nos ataques. Esse padrão surgiu principalmente em situações de violência na internet.

ATORES ESTATAIS FORAM OS
PRINCIPAIS AGRESSORES
EM 52% DOS CASOS COM
AUTORES IDENTIFICÁVEIS.

Entre esses atores estatais, os autores de mais agressões foram: Jair Bolsonaro e Carlos Jordy, com 8 ataques cada um; Carlos Bolsonaro e Tercio Arnaud Tomaz, com 7; seguidos por Eduardo Bolsonaro e Rodrigo Constantino, com 5 cada um. Quase todos eles são ligados à Presidência da República, como o próprio presidente, assessores, ministros, filhos com cargos eletivos e parlamentares próximos.

EM 69% DOS CASOS COM MAIS DE UM AGRESSOR, ATORES ESTATAIS INICIARAM A AGRESSÃO E ATORES NÃO ESTATAIS SE UNIRAM A ELES.

GÊNERO DOS AGRESSORES

Na pesquisa, 94 agressões partiram de autores individuais identificáveis. Entre esses casos, 95% dos agressores são do gênero masculino e 5% do feminino. Ataques com múltiplos autores, como grupos, instituições e casos de campanhas

sistemáticas envolvendo internautas, não figuram nesse total.

Autores de mais agressões

Presidente Jair Bolsonaro (PL)	8
Carlos Jordy, deputado federal (PSL-RJ)	8
Carlos Bolsonaro, vereador (Republicanos-RJ)	7
Tercio Arnaud Tomaz, assessor de Bolsonaro	7
Eduardo Bolsonaro, deputado federal (PSL-SP)	5
Rodrigo Constantino, comentarista político	5
Mário Frias, secretário Especial de Cultura do Governo Federal	3
Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares	3
Bia Kicis, deputada federal (PSL-DF)	2
Carla Zambelli, deputada federal (PSL-SP)	2
Silas Malafaia, pastor pentecostal	2



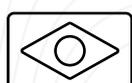
95% DOS AGRESSORES IDENTIFICÁVEIS SÃO DO GÊNERO MASCULINO.

Quando se detalha melhor o tipo de agressor, nota-se que, entre o total de agressores registrados, grupos de trolls se destacam, seguidos por autoridades de Estado e atores privados.

Em 24 casos, autoridades de Estado (presidente da República, deputados e senadores) iniciaram ataques que repercutiram graças a redes de internautas, assumindo um caráter massivo nas redes sociais. Isso mostra, mais uma vez, a articulação entre tais autoridades públicas e grupos de agressores na internet. Esses dados permitem sugerir a existência de redes organizadas ou semi-organizadas de agressores, cujo objetivo é reverberar e amplificar a agressão online, criando um ambiente hostil para as jornalistas.

Suspeita-se de coordenação especialmente quando jornalistas recebem muitas mensagens em um curto período de tempo, quando há proliferação de conteúdos idênticos ou muito similares ou quando há tentativas simultâneas de invasão de suas redes sociais, e-mail ou comunicadores instantâneos (Waisbord, 2020). Além disso, estudos apontam para a alta probabilidade do uso de robôs nos ataques. Pesquisa feita pela FGV-DAPP sugere que são empregadas estratégias algorítmicas e de aprendizado de máquina para disseminar determinados conteúdos por uma combinação entre bots e comportamento humano (Ramos e Saad, 2020).

Tipo de agressor	Nº	%
Trolls, Trolls-centers	61	35,9
Autoridades de Estado	48	28,2
Atores privados identificados	14	8,2
Outro	12	7,1
Cidadãos não identificados	10	5,9
Servidores Públicos	10	5,9
Manifestantes	6	3,5
Líderes religiosos	3	1,7
Justiça	2	1,2
Polícia Militar e Civil	2	1,2
Meios de comunicação partidários ou alternativos	1	0,6
Empresários	1	0,6
Total	170	100



AUTORIDADES DE ESTADO



REDES DE TROLLS

TIPOS DE AGRESSÃO

Do total de 119 agressões, 75% foram discursos estigmatizantes, 11% ameaças, intimidação e ciberameaças, 5% agressões físicas, 2,5% restrições na internet, 2,5% processos civis e penais e 2,5% restrições ao acesso à informação. Discursos estigmatizantes são ataques verbais ou com recurso a imagens, vídeos, áudios que são tornados públicos com o objetivo de difamar e desacreditar a vítima.

Em 15 casos, as agressões foram acompanhadas de outras formas de ataque.

Tipos de agressão

Discurso estigmatizante		90
Ameaças, intimidação e ciberameaças		13
Agressões físicas		7
Restrições na internet		3
Processos civis e penais		3
Restrições ao acesso à informação		3

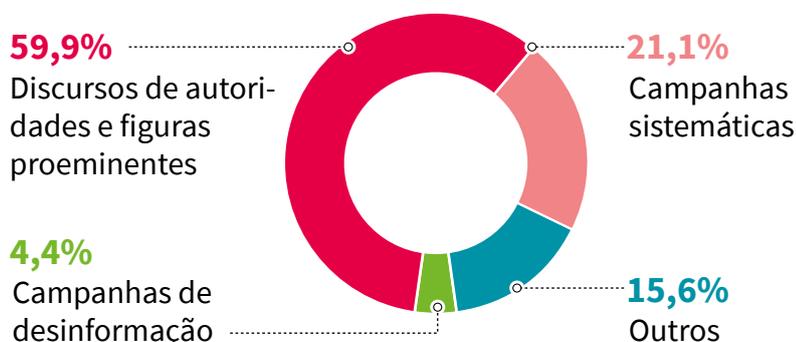
Agressões múltiplas

Ameaças e discursos estigmatizantes	7
Agressões físicas e destruição de equipamentos	2
Discursos estigmatizantes e restrições na internet	2
Ameaças e destruição de equipamentos	1
Agressão física e discurso estigmatizante	1
Ameaça e agressão física	1
Discurso estigmatizante e restrições na internet	1
Processo civil e penal e uso abusivo do poder estatal	1

TIPOS DE DISCURSOS ESTIGMATIZANTES

Para entender melhor como funcionam os discursos estigmatizantes, é importante detalhar essa forma de agressão. No presente monitoramento, os “discursos estigmatizantes” foram divididos em: discursos de autoridades e figuras proeminentes, campanhas de desinformação e campanhas sistemáticas. Discursos de autoridades são insultos ou desqualificações proferidos publicamente por autoridades públicas, inclusive por meio de redes sociais. Campanhas sistemáticas são realizadas por redes articuladas ou atores privados com o intuito de desacreditar o trabalho da jornalista ou do profissional de forma geral. Por fim, as campanhas de desinformação são ações online com o objetivo de prejudicar a reputação pessoal (por exemplo, memes abusivos, imagens manipuladas e informações inventadas ou distorcidas).

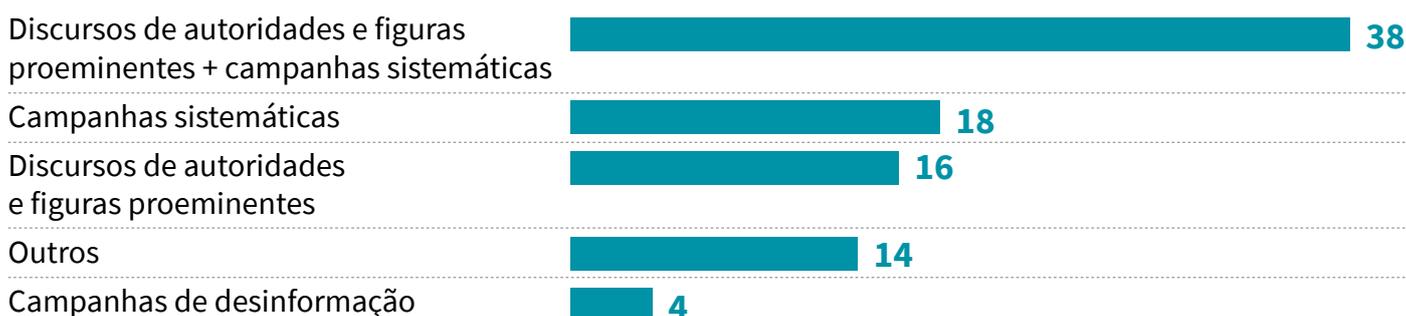
Tipos de discursos estigmatizantes



CASOS COM MAIS DE UM TIPO DE DISCURSO ESTIGMATIZANTE

Entre os 90 casos de discursos estigmatizantes, constatou-se, em 42% das vezes, que discursos de autoridades e figuras proeminentes estiveram relacionados com campanhas sistemáticas contra jornalistas. Isso significa que discursos de autoridades reverberaram nas redes, ganhando o caráter de campanhas sistemáticas.

Casos com mais de um tipo de discurso estigmatizante



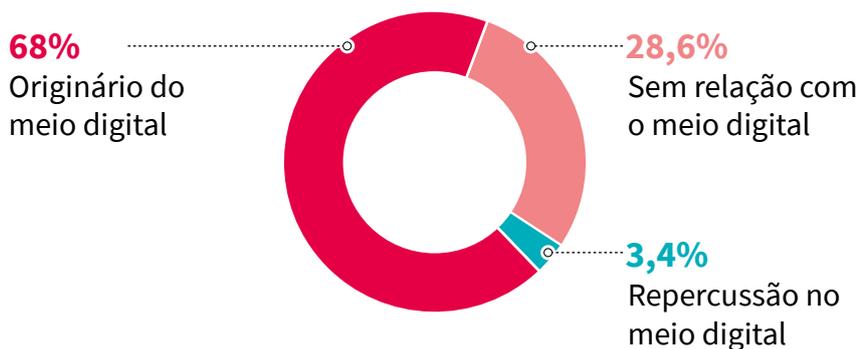
MEIOS DIGITAIS

É cada vez mais esperado que jornalistas tenham presença virtual e criem engajamento do público em suas redes sociais (Chen e Pain, 2017 apud Koraila, 2020; Finneman, 2019). Essas tendências criam novos desafios, sobretudo para as profissionais mulheres, pois elas estão expostas ao escrutínio constante e ao julgamento público (Finneman et al, 2019). A percepção de que a violência tem aumentado em decorrência da necessidade de presença nas redes é compartilhada por algumas jornalistas, que reclamam do apagamento das fronteiras entre suas vidas profissionais e pessoais. Seu entendimento é que a internet e as redes sociais turvaram essas linhas e que isso as torna mais vulneráveis (Posetti et al, 2021).

De fato, a internet tem exacerbado o problema do assédio e da violência contra profissionais da imprensa (Adams, 2018; Posetti et al, 2021). Mesmo em países relativamente seguros para jornalistas, a

misoginia online e o assédio constante estão se tornando cotidianos para muitas comunicadoras e comunicadores, impactando a forma como atuam.

Meios digitais



Um estudo internacional (Chen et al, 2018) baseado em 75 entrevistas em profundidade com jornalistas mulheres de Alemanha, Índia, Taiwan, Reino Unido e Estados Unidos mostrou que elas enfrentam assédio crescente no ambiente online e que isso impacta a forma como trabalham.

A pandemia de Covid-19 mudou as condições de trabalho dos jornalistas, tornando-os ainda mais dependentes dos serviços de comunicação digital e canais de mídia social, o que tem ampliado o problema da violência online. No presente levantamento, identificou-se que 68% dos ataques se originaram no meio digital, enquanto 28,7% não tiveram relação com ambientes online. Houve ainda 3,4% que não se originaram na internet, mas que repercutiram nesse espaço.

PLATAFORMAS UTILIZADAS

O monitoramento indicou que a plataforma Twitter foi usada 66 vezes nos ataques, seguida por Instagram (8), Facebook (3), YouTube (3), WhatsApp (3). Sites foram usados apenas duas vezes. No entanto, como uma das técnicas de coleta dos casos foi a extração de dados do Twitter, é possível que esses casos estejam super-representados. Outras pesquisas apontam o Facebook como uma das plataformas mais inseguras para jornalistas (Posetti et al, 2021).

Plataformas utilizadas

Twitter	66
Outras	9
Instagram	8
Facebook	3
Youtube	3
WhatsApp	3
Site	2

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Este monitoramento delinea um cenário de agressões e violações contra jornalistas mulheres e ataques de gênero. Além disso, demonstra forte participação e iniciativa de agentes estatais nos ataques, frequentemente em coordenação com outros atores, como trolls e internautas. Embora as agressões fora do meio digital sejam significativas e preocupantes, os resultados desta pesquisa mostram o peso das redes sociais nas estratégias de desqualificação e demonização do jornalismo profissional. É possível identificar uma associação clara entre narrativas misóginas e tendências autoritárias: a maioria das agressões desencadeadas por uma cobertura jornalística específica estão ligadas a pautas políticas e a tentativas de impedir que o jornalismo investigue e fiscalize o poder estatal.

Os dados aqui apresentados provavelmente representam apenas uma fração dos ataques. Cabe mencionar que a metodologia utilizada registra apenas episódios ocorridos no espaço público, virtual ou não. Isso significa que ataques contra jornalistas via mensagens privadas não entraram no levantamento. Um dos desafios ao registro e combate das agressões é a forte tendência à subnotificação dos casos. Pesquisas qualitativas mostram que números significativos de incidentes de abuso não são relatados, em grande parte devido a uma cultura de vergonha e a uma legislação ineficaz (Koraila, 2020). Muitas jornalistas não reportam os abusos e não recebem apoio das suas organizações (Ferrier e Patkar, 2018).

É preciso trabalhar ativamente contra a normalização da violência e a minimização do problema. Uma das tendências identificadas na literatura internacional é a de responsabilizar as próprias vítimas pelos ataques, seja pela expectativa de que se tornem “menos sensíveis”, seja pela pretensão de que elas mesmas combatam as agressões e assédios (Adams, 2018). Nesse sentido, as organizações jornalísticas devem proteger seus e suas profissionais, criando canais seguros de denúncia e proporcionando assistência jurídica, além de investir na construção de uma cultura organizacional em que a violência seja levada a sério.

No caso dos ataques digitais, pesquisas identificam o forte uso de robôs, o que imprime um caráter massivo aos ataques, tornando impossível reagir individualmente. Assim, os casos requerem respostas institucionais. As maiores dificuldades no enfrentamento do problema estão no fato de que, na economia das redes sociais, o assédio pode ser rentável, traduzindo-

se em curtidas e cliques e, portanto, em lucro. Assim, é preciso que as organizações ofereçam treinamento em segurança digital, invistam em formação de equipes e adotem ferramentas tecnológicas de monitoramento e proteção.

É preciso cobrar das plataformas digitais que façam mais investimentos na moderação de conteúdos, investindo, sobretudo, em funcionários com treinamento em igualdade de gênero e direitos humanos. Torna-se essencial que as plataformas revisem continuamente suas políticas, algoritmos e processos de moderação para lidar com a natureza em constante evolução da violência online. Além disso, devem definir políticas e procedimentos mais eficazes para detectar e penalizar os infratores reincidentes e impedir que os mesmos agressores assumam novas identidades online após serem suspensos (Posetti, 2021).



Alterações legislativas e medidas jurídicas de regulação também devem ser consideradas, visto que seu impacto potencial é muito maior do que respostas individuais ou organizacionais. Todavia, tais processos são complexos e devem ser pensados como soluções de longo prazo. Os parlamentares devem ficar atentos a essas movimentações institucionais e às discussões da sociedade civil a fim de propor leis e formas de diminuir a violência nas plataformas digitais.

Além disso, há algumas precauções que os jornalistas podem tomar, desde que suas organizações os treinem e apoiem: usar ferramentas de trabalho seguras e encriptadas, criar contas pessoais e profissionais separadas, apagar informações pessoais em sites e reportar os ataques à sua organização e à polícia. Já as organizações jornalísticas podem adotar ferramentas tecnológicas de moderação automática, *softwares* de identificação de ataques e contratar pessoal para administrar contas de jornalistas que estão sofrendo violência, a fim

de registrar evidências para ação legal futura. As organizações de mídia podem, ainda, criar diretrizes e oferecer treinamento em segurança digital para novos funcionários.

A urgência de um olhar interseccional e atento às especificidades que a questão de gênero traz para a violência contra jornalistas e comunicadores se estende, principalmente, para as instituições estatais. Atualmente, o único mecanismo interno de proteção para profissionais de imprensa é o Programa de Proteção para Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) que desde 2018 passou a incluir em seu nome Comunicadores e Ambientalistas. Apesar disso, a inserção de jornalistas no programa é limitada, e a metodologia, além de não ter segurança e previsão em lei, não considera a questão de gênero, nem os maiores desafios enfrentados por esses profissionais alvo de ataques recorrentes, como o uso estratégico da internet e das redes sociais.

Recomenda-se ao Estado brasileiro a atualização da política de proteção para adequá-la ao atendimento de jornalistas e comunicadores, tomando em conta as especificidades das agressões contra mulheres e/ou ataques de gênero, especialmente para: **(i)** prever medidas de proteção para ataques online, que é a forma de agressão mais recorrente, **(ii)** incluir a proteção de jornalistas que cobrem temas relacionados à política, pois é a cobertura que gera mais ataques e **(iii)** apoiar a iniciativa por parte da vítima, incentivando as denúncias e a busca pela proteção do Programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. “They Go for Gender First” The nature and effect of sexist abuse of female technology journalists. Journalism Practice. 2017.

CHEN, G. M. et al. ‘You really have to have thick skin’: A cross-cultural perspective on how online harassment influences female journalists. Journalism, v. 21, n. 7, 2018.

EDSTRÖM, M. The trolls disappear in the light: Swedish experience of sexualized hate speech in the aftermath of Behring Breivik. International Journal for Crime, Justice, and Social Democracy 5(2): 96–106, 2016.

FERRIER, M. TrollBusters: Fighting Online Harassment of Women Journalists. J. R. Vickery, T. Everbach (eds.). Mediating Misogyny. Palgrave McMillan, 2018.

FINNEMAN, T. “I Always Watched Eyewitness News Just to See Your Beautiful Smile”: Ethical Implications of U.S. Women TV Anchors’ Personal Branding on Social Media.

KORAILA, S. “Female Journalists’ Experience of Online Harassment: A Case Study of Nepal”. Media and Communication, v. 8, n. 1, 2020.

POSSETI, J et al. The Chilling: Global trends in online violence against women journalists. UNESCO, 2021.

RAMOS, D; SAAD, E. Violência digital contra jornalistas: o caso das eleições presidenciais de 2018. In: ANAIS DO 29º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2020, Campo Grande. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2020.

WAISBORD, S. Mob Censorship: Online Harassment of US Journalists in Times of Digital Hate and Populism. Digital Journalism, set, 2020

PARCEIROS

